



ANO 14 Nº 7
Julho de 2005

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

Indústria gaúcha em estado de alerta

Os resultados relativos à produção física (PIM-IBGE) revelam que, nos primeiros cinco meses de 2005, a indústria de transformação brasileira manteve uma discreta desaceleração frente ao crescimento alcançado em 2004. No mês de janeiro de 2005, apresentou um crescimento de 5,84% em relação a janeiro de 2004, sendo que, no acumulado jan.-maio, essa taxa passou para 4,42%. Já no Rio Grande do Sul, verificou-se uma nítida retração da produção, que assinalou uma taxa de -1,37% no mês de janeiro, com queda mais pronunciada no acumulado jan.-maio (-3,35%). No mês de maio, em relação a maio de 2004, o RS aparece como o único, entre os estados pesquisados pelo IBGE, a obter resultado negativo (-2,4%).

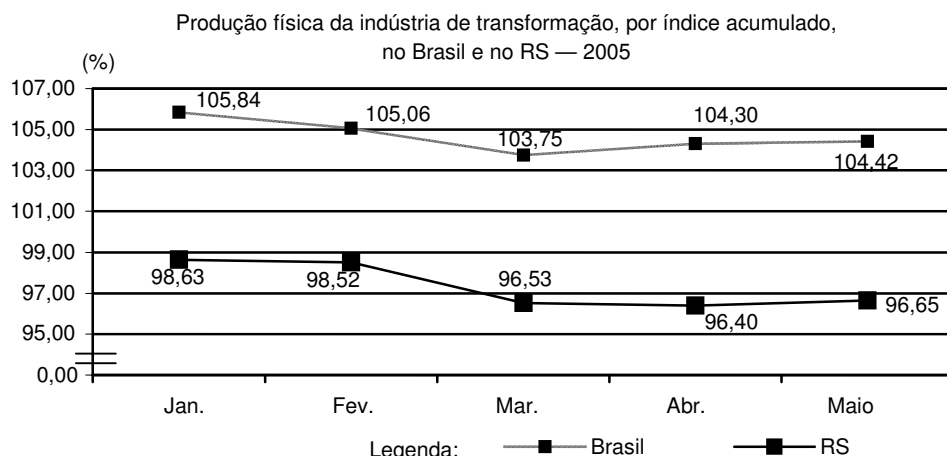
Apesar de diversos fatores atingirem tanto a indústria nacional quanto a estadual, podem-se encontrar algumas explicações para esse comportamento diferenciado. De forma geral, pode-se imputar à desvalorização do dólar alguns obstáculos enfrentados pelas exportações, bem como para o aumento das importações de vários produtos (Secex-MDIC). O baixo nível dos investimentos produtivos, por sua vez, relacionou-se principalmente à manutenção dos juros altos; e o fraco desempenho do mercado consumidor interno, ao baixo nível salarial e à manutenção de altas taxas de desemprego. Assim, uma melhor avaliação do desempenho particularmente preocupante da indústria gaúcha pode ser encontrada na análise das diferentes atividades industriais.

Segundo o IBGE, as taxas que comparam o período jan.-maio/05 aos cinco primeiros meses de 2004 mostram que quase todos os segmentos cresceram menos no Estado do que seus congêneres nacionais. Apenas alimentos, calçados, metalurgia básica e produtos de metal alcançaram índices superiores aos brasileiros. Todos os demais não só se

colocaram em patamares inferiores aos nacionais, como obtiveram taxas negativas. Evidentemente, o primeiro fator a ser considerado refere-se aos efeitos da quebra de safra, causada por perturbações climáticas, sobre a atividade industrial. Exemplo disso é que o pior desempenho foi alcançado por máquinas e equipamentos (-21,61%), que, no RS, representa principalmente os segmentos de tratores e de máquinas agrícolas. Essa atividade sofreu o impacto da retração dos investimentos agrícolas — devido à quebra de safra e, em menor escala, à manutenção de juros altos — e da excessiva desvalorização do dólar, que prejudicou as exportações.

O segundo pior desempenho foi o da produção de móveis, que obteve uma taxa de -12,97%, sendo atingida pela queda nas exportações e pelas altas taxas de juros, enquanto o fumo, o terceiro pior (-9,08%), foi diretamente atingido pela seca, além de pela desvalorização cambial. É provável que, absorvidos os efeitos do clima, a indústria gaúcha encontre um ritmo de crescimento um pouco mais favorável. Entretanto é preciso observar que a questão cambial incide mais profundamente sobre a economia gaúcha do que sobre a brasileira, devido à maior participação de setores exportadores no Estado.

Em que pese às diferenças regionais, parece difícil que tanto o RS quanto o Brasil ingressem na via do crescimento sustentado, com elevação do emprego. Além dos efeitos da desvalorização do dólar sobre a produção, os investimentos produtivos permanecem pouco dinâmicos, devido, em parte, à manutenção das altas taxas de juros, e os baixos salários limitam as vendas internas, sobretudo de bens de consumo não duráveis.



FONTE: PIM-IBGE.

NOTA: Os dados têm por base igual período do ano anterior = 100.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

Arrecadação dos tributos federais continua crescendo, malgrado a desaceleração da economia

Apesar de os indicadores apontarem uma desaceleração da economia, a arrecadação dos tributos do Governo Federal continua crescendo em 2005, devido, principalmente, às medidas fiscais tomadas no ano passado, quando a arrecadação da Secretaria da Receita Federal foi a maior da década.

Nos cinco primeiros meses de 2005, a receita obtida superou a do mesmo período do ano passado. As receitas tributárias representaram 94,7% do total arrecadado, sendo que os impostos participaram com 45,6%, enquanto as contribuições sociais tiveram maior representatividade, com 49,1% do total.

Considerando-se os seis impostos e contribuições mais relevantes, observa-se que as maiores arrecadações, em valores reais, ficam com a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e com o IR-pessoa jurídica. Mas, se forem levadas em conta as taxas de crescimento para o período jan.-maio/05 em relação ao mesmo período de 2004, destacam-se o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI-outros), que cresceu 20,1%, e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), com alta de 18,8%. O desempenho destes, somado ao de outros tributos, elevou em 12,8% a receita total em 2005, proporcionando um aumento de R\$ 8,9 bilhões.

Arrecadação das receitas federais — 2004/05

RECEITAS FEDERAIS	JAN-MAIO/2004 (R\$ milhões)	JAN-MAIO/2005 (R\$ milhões)	$\Delta\%$ 2005 2004
IPI-outros	4 245,3	5 096,9	20,1
CSLL	9 472,3	11 255,7	18,8
IR-pessoa jurídica ..	19 044,9	22 232,3	16,7
IR-pessoa física	3 260,7	3 763,4	15,4
IPI-auto	1 246,4	1 384,9	11,1
Cofins	32 362,2	34 817,9	7,6
Subtotal	69 631,8	78 551,1	12,8
Outras receitas	71 619,0	66 421,1	-7,3
TOTAL	141 250,8	144 972,2	2,6

FONTES: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal.

NOTA: Os valores de 2004 e 2005 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV a preços de maio/05.

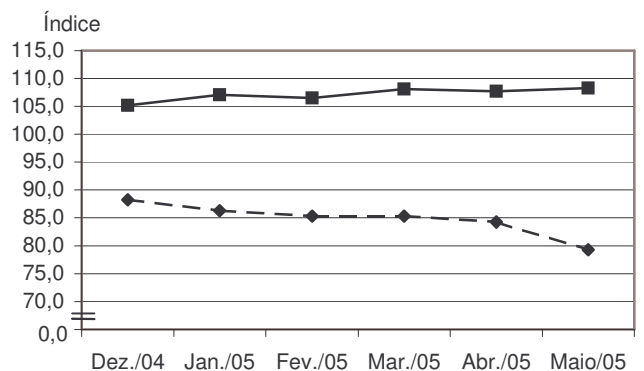
Maria Luiza Borsatto (FEE/CEES)

Queda da taxa de desemprego para os chefes de domicílios na RMPA

A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) vem apontando, desde o início de 2005, aumento do nível ocupacional e queda da taxa de desemprego dos chefes de domicílio, conforme demonstrado no gráfico. Entre dezembro de 2004 e maio de 2005, o nível ocupacional cresceu 3,0%, correspondendo a uma expansão de 22 mil postos de trabalho. No mesmo período, a taxa de desemprego sofreu uma queda de 10,1%, atingindo, no último mês, o seu mais baixo patamar desde fevereiro de 1997. Como o rendimento médio se manteve praticamente inalterado, conclui-se que a massa de rendimento desse grupo aumentou.

Do ponto de vista social, a permanência do comportamento desses indicadores pode proporcionar um importante benefício para as famílias da Região. O aumento da participação do rendimento do chefe no orçamento familiar possibilita que a sobrevivência e/ou manutenção do padrão de vida dependa menos do esforço coletivo da família. Dessa maneira, os pais podem proporcionar aos filhos um retardamento do ingresso no mercado de trabalho e prolongar o tempo dentro das escolas e das universidades, permitindo, posteriormente, uma melhor inserção no mercado de trabalho. Na RMPA, sete de cada 10 jovens entre 16 e 24 anos de idade compõem a força de trabalho e representam 20,9% do contingente de ocupados e 44,2% do de desempregados.

Índices da taxa de desemprego e do nível ocupacional dos chefes de domicílio na RMPA — dez./04-maio/05



Legenda: — ◆ — Índice da taxa de desemprego
— ■ — Índice do número de ocupados

FONTES: PED-RMPA.

NOTA: Os dados têm por base a média de 2000 = 100.

André Luiz Leite Chaves (FEE/CPED)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Preço do barril de petróleo atinge US\$ 60

O preço do barril de petróleo do tipo W. Texas negociado em Nova Iorque, que era cotado a US\$ 42,12 no início do corrente ano, alcançou os patamares de US\$ 57,27 em março e US\$ 60,54 ao final de junho.

A nova “febre compradora” atual decorre da percepção de que a oferta do petróleo atingiu um limite na capacidade de produção, no curto prazo (88,7 milhões de barris diários) e de que a demanda crescente (82,4 milhões de barris diários em 2004) não evidencia sinais de que possa ser contida nos próximos meses.

Vários fatos explicam as oscilações recentes no preço do barril de petróleo. Em primeiro lugar, durante o mês de junho, a OPEP pôs em prática a decisão de acrescentar 500.000 barris diários no dia 13 e outra quantidade semelhante no dia 30, alcançando a sua produção máxima de 28 milhões de barris diários. Em segundo lugar, dos 28 milhões produzidos por aquela instituição, em torno de quatro milhões de barris diários têm origem no Irã, o quarto maior produtor de petróleo do Mundo e que, recentemente, elegeu, para a Presidência do País, o Prefeito de Teerã, o conservador Mahmoud Ahmadinejad, que é ferrenho opositor dos Estados Unidos. Em terceiro lugar, há incerteza quanto à possibilidade de o mercado dispor de capacidade para atender à demanda do

Hemisfério Norte no próximo inverno. Em quarto lugar, ameaças de novos ataques terroristas, como os ocorridos em Nova Iorque, Madri e Londres, estão sempre causando apreensão nos países do Primeiro Mundo. Em quinto lugar, há forte presença chinesa na demanda global. Por último, nesse ambiente econômico instável, a ação de fundos especulativos reforçam o quadro de incertezas que ronda o mercado.

Cotação do preço do barril do petróleo W. Texas em Nova Iorque, em datas selecionadas

DATAS	COTAÇÃO (US\$)
03.01.05	42,12
22.02.05	51,15
01.04.05	57,27
20.05.05	46,80
27.06.05	60,54

FONTE: Folha de São Paulo, 28.06.05, p. B5.

Antônio Carlos Fraquelli (FEE/ASTEC)

Óbitos de menores de cinco anos, em 2003, foram maiores no sudoeste do RS

Os dados sobre a mortalidade de menores de cinco anos são utilizados pela Unicef como indicadores de desenvolvimento e incorporam uma grande variedade de “fatores de contribuição”, tais como a saúde nutricional e o conhecimento das mães sobre saúde, o grau de imunização e o uso dos tratamentos nos casos de diarreias, bem como a disponibilidade de serviços de saúde materno-infantil, inclusive assistência pré-natal, renda, alimentos na família, segurança no meio ambiente, água limpa e saneamento básico.

No sentido de procurar medir a efetividade das despesas municipais, utilizamos, para o período 2000-03, no conjunto das mesorregiões, os óbitos de menores de cinco anos (SIH/SUS) em relação a essa mesma faixa etária e as despesas com saúde e saneamento *per capita* dos municípios. Na média das mesorregiões, 21,7% das despesas foram com saúde e saneamento. Estas, embora insuficientes, cresceram 7,7% a.a. no

período, em valores de 2003, enquanto os óbitos decresceram 5,6% a.a.

Entre as causas dos 1.600 óbitos registrados em 2003, as mais incidentes, tidas como evitáveis, são: afecções originadas no período perinatal; doenças infecciosas e parasitárias; e as do aparelho respiratório.

Os maiores percentuais de óbitos, acima da média de 2003, estão em três mesorregiões. As Mesorregiões Sudoeste e Sudeste apresentaram maiores acréscimos nas despesas com saúde e saneamento e decréscimos nos óbitos de 4,8% e 11,9% respectivamente. A Mesorregião Metropolitana, com 730 óbitos, embora seja a de menor crescimento nas despesas, mostrou redução nos óbitos também superiores à média. Se ela tivesse acompanhado pelo menos a média do Estado nas despesas com saúde e saneamento, a redução dos óbitos seria maior.

Óbitos de menores de cinco anos e despesas com saúde e saneamento nas mesorregiões do Rio Grande do Sul — 2000 e 2003

MESORREGIÕES	DESPESAS SAÚDE E SANEAMENTO PER CAPITA (R\$)			% DE ÓBITOS DE MENORES DE CINCO ANOS (1)		
	2000 (R\$)	2003 (R\$)	Δ% a.a.	2000 (óbitos/1 000 crianças)	2003 (óbitos/1 000 crianças)	Δ% a.a.
Noroeste Rio-Grandense	93	137	13,5	1,81	1,79	-0,3
Nordeste Rio-Grandense	109	159	13,2	1,55	1,78	4,9
Centro Ocidental Rio-Grandense	80	110	11,3	1,66	1,70	0,8
Centro Oriental Rio-Grandense	100	133	10,0	1,92	1,56	-6,6
Metropolitana de Porto Alegre	165	177	2,3	2,32	1,80	-8,1
Sudoeste Rio-Grandense	48	81	19,4	2,66	2,29	-4,8
Sudeste Rio-Grandense	74	134	21,8	2,72	1,86	-11,9
Rio Grande do Sul	121	151	7,7	2,16	1,82	-5,6

FONTE: FEE.DATASUS.TCE.

NOTA: 1. Dados da morbidade hospitalar do SUS, por local de residência, no Rio Grande do Sul.

2. Foi utilizado o deflator implícito do valor bruto a preços básicos, por setores de atividades (saúde e educação mercantis), com base 1994 = 100.

(1) O percentual de óbitos de menores de cinco anos foi calculado em relação à população na mesma faixa etária.

Hélio Puig Gonzalez (FEE/CIE)

Plano safra 2005/06: recursos aquém das necessidades

Em meio a protestos de agricultores em Brasília, que pediam o refinanciamento das dívidas devido aos problemas financeiros acarretados pela estiagem e pela queda dos preços de seus produtos, o Governo apresentou, ao final de junho, o Plano Agrícola e Pecuário 2005/06, com R\$ 44,35 bilhões em recursos programados, um aumento nominal de 12,4% em relação ao montante disponibilizado na safra passada.

Apesar de acumular um acréscimo de 61% no volume de recursos, nas três últimas safras, os valores efetivamente aplicados sempre ficaram acima dos programados inicialmente, evidenciando que o setor agropecuário possui, ainda, uma demanda reprimida por financiamento, notadamente para custeio e comercialização. O atual plano não corrige isso, pois os 12,4% de aumento dos recursos ficam pouco acima do crescimento dos custos de produção, medidos em 9,6% entre março de 2004 e março de 2005, segundo índice da Fundação Getúlio Vargas. Além do mais, as necessidades de financiamento encontram-se maiores neste ano, em função da descapitalização dos produtores, que enfrentaram preços baixos durante a comercialização da produção, e, no caso principalmente do Rio Grande do Sul, da queda de produtividade em decorrência da estiagem.

Dentro da rubrica que engloba recursos destinados a custeio e comercialização, os que mais cresceram foram aqueles com juros subsidiados e fixados pelo Governo em 8,75% ao ano, em média. Tais recursos tiveram acréscimo de 18,1%, enquanto os emprestados a juros livres, em que o mercado bancário os define, aumentaram 11,3%. Com isso, o Governo aumentou a participação dos recursos com juros controlados para 63% do total. Essa medida é bem-vinda no momento de dificuldades por que passa o setor, pois, na prática, barateia o custo dos empréstimos, que haviam subido no plano anterior, quando o Governo privilegiou o aumento dos recursos a juros livres. O aumento maior, no atual plano, dos recursos para custeio e comercialização explica-se pelo fato de que, até maio de 2005, o Governo já desembolsara R\$ 2,3 bilhões a mais do que o previsto pela programação do ano-safra 2004/05.

Os recursos para investimento foram reajustados em 4,2%, contra um aumento de 86,1%, ocorrido no plano anterior, talvez em função de que apenas 68% dos valores disponíveis na programação passada tivessem sido aplicados até maio de 2005. No caso do Moderfrota, principal programa de investimento, os desembolsos não passaram de 51%, fazendo com

que, para 2005/06, não houvesse aumento desses recursos. As taxas de juros fixas que incidem sobre os financiamentos para investimento não se alteraram, permanecendo entre 8,75% e 13,95%. Foram mantidos os limites individuais de crédito, mas haverá um adicional de 15% para produtores com planos de recuperação de matas ciliares e reservas legais, rastreabilidade da pecuária e práticas de integração lavoura-pecuária.

Programação de recursos de crédito rural para as safras 2004/05 e 2005/06 no Brasil

PROGRAMAS	SAFRA 2004/05 (R\$ milhões)	SAFRA 2005/06 (R\$ milhões)	VARIAÇÃO %
A - Custeio e comercialização			
Juros controlados	28 750	33 200	15,5
Juros livres	17 700	20 900	18,1
B - Investimento			
Moderfrota	11 050	12 300	11,3
Outros	10 700	11 150	4,2
TOTAL DA AGRICULTURA EMPRESARIAL (A + B)	39 450	44 350	12,4

FONTE: MAPA.

Martinho R. Lazzari (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 15.07.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.